

**TÉCNICO JUDICIÁRIO (PÓS-EDITAL)**

Tipo – GRAN

**SUA PROVA**

As questões objetivas têm quatro alternativas de resposta (A, B, C, D) e somente uma delas está correta;

Além deste caderno de questões, contendo setenta questões objetivas, você receberá do Fiscal de Sala:

- o cartão-resposta das questões objetivas.

**TEMPO**

Você dispõe de **4h** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão-resposta e preenchimento da folha de texto definitivo;

**3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;

Faltando **30 minutos** para o final da prova, é possível retirar-se da sala, levando o caderno de questões.

**NÃO SERÁ PERMITIDO**

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do Fiscal de Sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.

**INFORMAÇÕES GERAIS**

Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o Fiscal da Sala, para que sejam tomadas as devidas providências;

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e siga atentamente as instruções para preencher o cartão-resposta;

Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;

Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);

Confira sua cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão-resposta, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na Ata da Sala;

Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu material. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca do cartão-resposta ou folha de texto definitivo em caso de erro;

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão-resposta e na folha de texto definitivo;

Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

**Boa sorte!**

Baseado no formato de prova aplicado pela banca FGV



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
  - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
  - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodificil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2411072565M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

2º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso  
TJ MT

**MODELO/BANCA:**

FGV

**EDITAL:**

Pós-Edital

**DATA DE APLICAÇÃO:**

11/2024

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

11/2024

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

**TJ MT - 2º Simulado - Técnico Judiciário (Pós-Edital)****CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa****Letícia Bastos**

Leia o texto abaixo para responder às questões de 01 a 10.

**Fim do Livro?**

Arlindo Machado

1 No prefácio à obra clássica de Henry-Jean Martin (1992:14) sobre a história do livro, o historiador Lucien Febvre vislumbrara um possível desaparecimento desse instrumento tido como dos mais fundamentais na construção das civilizações modernas. "Não temos certeza de que o livro possa ainda por muito tempo continuar a desempenhar seu papel, ameaçado como está por tantas invenções baseadas em princípios totalmente diferentes".

10 Para o ilustre historiador, o livro, "que começou sua carreira na metade do século XV", parece hoje resumir-se a um acontecimento datado: depois de ter contribuído para a revolução do mundo moderno, ele encontra-se agora constrangido a justificar o seu papel numa sociedade governada pela velocidade, numa sociedade em que as informações circulam segundo a temporalidade própria das ondas eletromagnéticas e das redes de fibras ópticas.

20 O modo de produção do livro é lento demais para um mundo que sofre mutações vertiginosas a cada minuto. Os atrativos do livro empalidecem diante do turbilhão de possibilidades aberto pelos meios audiovisuais, enquanto sua estrutura e funcionalidade padecem de uma rigidez cadavérica quando comparadas com os recursos informatizados, interativos e multimidiáticos das escrituras eletrônicas.

30 Como se tudo não bastasse, os custos de produção do livro impresso crescem agora em progressão geométrica (e não apenas no Brasil), chegando mesmo a ultrapassar os custos de muitos dos novos meios, mesmo dos mais sofisticados. Ora, como se sabe, a ampla difusão a preços baixos foi a principal responsável pelo sucesso da imprensa como forma de circulação de ideias a partir do Renascimento. Caso se intensifique a tendência de encarecimento progressivo e de eficácia regressiva, é de se supor que, dentro de mais algum tempo, o livro de papel será um artigo de luxo, vendido em antiquários e lojas de porcelanas para uma seleta clientela de resistentes nostálgicos.

40 Se o livro vai morrer ou não, essa é uma discussão restrita apenas aos círculos de filólogos, pois, no fundo, tudo é uma questão de definir o que estamos chamando de livro. O homem continuará, de qualquer maneira, a inventar dispositivos para dar permanência, consistência e alcance ao seu pensamento e às invenções de sua imaginação. E tudo fará também para que esses dispositivos sejam adequados ao seu tempo. A sabedoria, como dizia Brecht, continuará sempre passando de boca em boca, mas nada impede que estendamos um microfone às bocas que falam, para lhes dar maior alcance.

(<https://www.scielo.br/j/ea/a/TGCqQnq7sScKqsfC54tcDjp/>, com adaptações)

**1**

O texto aborda a situação do livro impresso em um mundo cada vez mais digitalizado e sugere possíveis cenários futuros. A partir da leitura do texto, é correto afirmar que:

- (A) o autor defende que o livro impresso será completamente extinto em breve, sem chances de retorno ou adaptação.
- (B) a popularidade dos livros impressos aumenta à medida que o custo de produção diminui em relação aos meios eletrônicos.
- (C) a produção e difusão do livro impresso enfrentam dificuldades em competir com os recursos tecnológicos, e o livro pode se tornar um artigo raro e elitista.
- (D) o avanço das tecnologias e dos meios digitais não afeta a relevância e a produção dos livros impressos no mercado editorial.
- (E) a sociedade contemporânea ainda não está preparada para lidar com as mudanças tecnológicas que influenciam a circulação de informações.

**2**

Com base nas ideias apresentadas no texto, pode-se afirmar que o autor vê o futuro do livro impresso como:

- (A) um objeto que pode se transformar em artigo de luxo, acessível apenas a um público seletivo.
- (B) uma mídia que continuará predominando em relação aos formatos digitais, devido à sua longa história de sucesso.
- (C) um instrumento que jamais perderá sua relevância na sociedade, independentemente do avanço tecnológico.
- (D) um veículo que ainda se mantém competitivo, apesar dos altos custos e da popularidade das mídias eletrônicas.
- (E) um formato cuja importância será garantida pelos baixos custos de produção em comparação com as mídias digitais.

**3**

Assinale a alternativa que caracteriza corretamente o gênero textual ao qual o texto pertence.

- (A) Artigo de opinião, com predomínio da argumentação pessoal do autor para defender a permanência do livro impresso.
- (B) Crônica, uma narrativa breve que explora reflexões cotidianas a partir de uma experiência pessoal sobre o futuro do livro.
- (C) Relato histórico, que apresenta uma cronologia detalhada sobre a evolução dos livros ao longo do tempo.
- (D) Ensaio, pois o autor expõe e analisa reflexões sobre o futuro do livro em relação ao avanço tecnológico, discutindo diferentes pontos de vista.
- (E) Reportagem, uma vez que o texto apresenta dados e informações técnicas sobre o mercado editorial, como em uma cobertura jornalística.

**4**

No texto, há o emprego de diversos recursos linguísticos que promovem a coesão e a coerência. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um exemplo de marca de textualidade utilizada pelo autor.

- (A) O uso de referências históricas e citações de pensadores, como Henry-Jean Martin e Brecht, que estabelecem intertextualidade e dão credibilidade às ideias apresentadas.
- (B) A repetição da palavra "livro" em várias partes do texto, o que promove a coesão referencial ao reforçar o tema central e manter a unidade semântica ao longo do texto.
- (C) A inclusão de informações técnicas sobre o custo de produção do livro, que ajuda a garantir a coerência argumentativa e o alinhamento do texto com uma perspectiva puramente econômica.
- (D) O uso de conectivos, como "porém" e "todavia", que estabelecem relações de oposição entre as ideias, garantindo a coesão textual entre os diferentes pontos abordados.
- (E) A descrição do livro impresso como "um artigo de luxo", que cria uma intertextualidade com textos antigos sobre a função do livro, marcando uma mudança de perspectiva.

**5**

No texto, pode-se observar a complexidade da construção frasal. Em relação à estrutura da frase, considere as operações de deslocamento, substituição, modificação e correção. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um exemplo de modificação possível sem prejudicar a correção gramatical e o sentido original.

- (A) Substituir "O modo de produção do livro é lento demais" por "O modo de produção do livro era demasiado lento".
- (B) Deslocar "ao seu tempo" para o início da frase em "E tudo fará também para que esses dispositivos sejam adequados ao seu tempo".
- (C) Substituir "Os atrativos do livro empalidecem" por "Os atrativos do livro são empalidecidos".
- (D) Deslocar "por tanto tempo" para o final da frase em "Não temos certeza de que o livro possa ainda por muito tempo continuar a desempenhar seu papel".
- (E) Substituir "encontrava-se constrangido" por "estava constrangido", mantendo o mesmo sentido e correção gramatical.

**6**

De acordo com as informações presentes no texto, predomina certo tipo de discurso, cuja função é apresentar argumentos e reflexões sobre a possível extinção do livro impresso. A partir dessa característica, é correto afirmar que o tipo de discurso presente no texto é:

- (A) discurso narrativo, porque o texto conta uma história sobre a evolução do livro ao longo dos séculos.
- (B) discurso descritivo, porque o texto se limita a descrever o processo de produção do livro impresso.
- (C) discurso injuntivo, porque o autor apresenta instruções sobre como o livro pode se adaptar às novas tecnologias.
- (D) discurso expositivo-argumentativo, porque o texto apresenta argumentos sobre o futuro do livro impresso e sua relação com os meios audiovisuais.
- (E) discurso dialogado, porque o autor utiliza várias falas diretas entre personagens para discutir o fim do livro impresso.

**7**

No trecho "O modo de produção do livro é lento demais para um mundo que sofre mutações vertiginosas a cada minuto", é possível observar a presença de várias palavras formadas por processos de derivação e composição. Assinale a alternativa em que a formação da palavra está corretamente explicada.

- (A) "Produção" é uma palavra formada por composição por justaposição.
- (B) "Lento" é uma palavra formada por derivação sufixal.
- (C) "Mutações" é uma palavra formada por derivação prefixal.
- (D) "Vertiginosas" é uma palavra formada por derivação sufixal.
- (E) "Mundo" é uma palavra formada por derivação parassintética.

**8**

No trecho do texto "O modo de produção do livro é lento demais para um mundo que sofre mutações vertiginosas a cada minuto", as palavras sublinhadas pertencem a classes gramaticais distintas. Assinale a alternativa que classifica corretamente as palavras destacadas.

- (A) "produção" (substantivo) / "lento" (verbo) / "mutações" (substantivo)
- (B) "produção" (adjetivo) / "lento" (adjetivo) / "mutações" (substantivo)
- (C) "produção" (verbo) / "lento" (adjetivo) / "mutações" (verbo)
- (D) "produção" (substantivo) / "lento" (adjetivo) / "mutações" (verbo)
- (E) "produção" (verbo) / "lento" (adjetivo) / "mutações" (substantivo)

**9**

No trecho "Os atrativos do livro empalidecem diante do turbilhão de possibilidades aberto pelos meios audiovisuais", a palavra "empalidecem" estabelece uma relação semântica com o contexto. Assinale a alternativa que apresenta a melhor interpretação semântica do verbo "empalidecem" nesse contexto.

- (A) O verbo indica uma comparação positiva entre o livro e os meios audiovisuais, sugerindo que o livro tem mais valor.
- (B) O verbo sugere que os meios audiovisuais são piores do que o livro, sendo menos importantes no contexto atual.
- (C) O verbo indica uma perda de relevância ou destaque do livro em comparação aos meios audiovisuais, que se mostram mais atraentes.
- (D) O verbo indica que o livro mantém a mesma importância que sempre teve, sem alterações no seu valor ao longo do tempo.
- (E) O verbo sugere que os atrativos do livro aumentam conforme os meios audiovisuais avançam, devido ao contraste entre ambos.

**10**

No trecho "Os atrativos do livro empalidecem diante do turbilhão de possibilidades aberto pelos meios audiovisuais, enquanto sua estrutura e funcionalidade padecem de uma rigidez cadavérica quando comparadas com os recursos informatizados, interativos e multimidiáticos das escrituras eletrônicas.", as vírgulas foram usadas corretamente e exercem a função de:

- (A) isolar termos que explicam uma ideia central na oração.
- (B) marcar uma inversão na ordem dos termos.
- (C) separar orações subordinadas e coordenadas com valor explicativo.
- (D) destacar uma oração intercalada de natureza explicativa.
- (E) indicar uma enumeração de orações coordenadas.

**Raciocínio Lógico Matemático****Marcelo Leite****11**

Em um plano cartesiano são marcados os pontos A(1,3), B(4,3), C(4,5) e D(1,5) formando um quadrilátero. Uma das diagonais desse quadrilátero terá medida igual a:

(A)  $\sqrt{12}$

(B)  $\sqrt{13}$

(C)  $\sqrt{14}$

(D)  $\sqrt{15}$

(E)  $\sqrt{16}$

**12**

A distribuição a seguir representa a quantidade de pessoas que buscaram atendimento em certo tribunal de justiça para prestar queixa referente ao serviço prestado pela empresa Alfa.

Dia 01	Dia 02	Dia 03	Dia 04
70	50	50	30

Em relação a essa distribuição, o desvio padrão será igual a:

(A)  $6 \cdot \sqrt{2}$

(B)  $7 \cdot \sqrt{2}$

(C)  $8 \cdot \sqrt{2}$

(D)  $9 \cdot \sqrt{2}$

(E)  $10 \cdot \sqrt{2}$

**13**

Um triângulo equilátero possui perímetro igual a 12 metros. O quadrado possui lado igual ao dobro do lado desse triângulo equilátero. O citado quadrado possui diagonal igual a:

(A)  $8 \cdot \sqrt{2}m$

(B)  $7 \cdot \sqrt{2}m$

(C)  $6 \cdot \sqrt{2}m$

(D)  $5 \cdot \sqrt{2}m$

(E)  $2 \cdot \sqrt{2}m$

**14**

Em uma urna, estão presentes 2 bolas brancas e 3 bolas vermelhas. Duas bolas são retiradas aleatoriamente. A chance de se tenha uma bola de cada cor é igual a:

(A) 30%

(B) 45%

(C) 60%

(D) 62%

(E) 65%

**15**

Uma casa possui cinco portas, então a quantidade de maneiras distintas que uma pessoa poderá entrar e sair por portas distintas é igual a:

- (A) 25
- (B) 20
- (C) 18
- (D) 16
- (E) 12

**16**

Considere que as servidoras Ana, Bia, Carol, Daniele e Érica participam de uma corrida com mais dez pessoas.

Sabe-se que:

- Érica chegou em uma posição equidistante de Ana e de Bia.
- Ana chegou 6 posições na frente de Bia.
- Bia chegou duas posições atrás de Daniela.
- Daniele chegou na 8ª posição.

Assim, Érica chegou na:

- (A) 5ª posição
- (B) 6ª posição
- (C) 7ª posição
- (D) 9ª posição
- (E) 11ª posição

**17**

Considere as proposições categóricas verdadeiras.

- Todo Matanaus é Totalino.
- Todo Totalino é Meimei.

Com base nessas informações é correto afirmar que:

- (A) Todo Totalino é Matanaus.
- (B) Todo Matanaus é Meimei.
- (C) Nenhum Matanaus é Meimei.
- (D) Qualquer Meimei é Totalino.
- (E) Existe Matanaus que não é Meimei.

**18**

Das pessoas que procuraram determinado setor público, 30% eram mulheres, e, entre essas mulheres, apenas 10% foram direcionadas ao setor Alfa. Assim, em relação ao total de pessoas, a porcentagem de mulheres que foram direcionadas ao setor Alfa foi igual a:

- (A) 3%
- (B) 5%
- (C) 6%
- (D) 8%
- (E) 9%

**19**

Em certo tribunal, estão lotados 120 servidores e que entre esses todos praticam pelo menos uma modalidade esportiva. Sabe-se que 60 praticam futebol, 40 praticam corrida de rua e os outros 30 praticam outras modalidades distintas. Com base nessas informações, a quantidade de servidores que praticam futebol e corrida de rua é igual a:

- (A) 2
- (B) 5
- (C) 6
- (D) 7
- (E) 10

**20**

A sentença “Se Ana vai à Bonito, então Marta não vai à Barra do Garças” é equivalente a:

- (A) Se Ana não vai à Bonito, então Marta vai à Barra do Garças.
- (B) Se Marta não vai à Barra do Garças então Ana vai à Bonito.
- (C) Ana vai à Bonito e Marta vai à Barra do Garças.
- (D) Ana não vai à Bonito ou Marta não vai à Barra do Garças.
- (E) Ana não vai à Bonito ou Marta vai à Barra do Garças.

## Legislação Institucional

### Eduardo Galante

**21**

Nos termos da Lei Complementar n. 4/1990 – MT, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Mato Grosso, marque a alternativa correta.

- (A) Transferência é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo órgão, com ou sem mudança de sede, observada a lotação existente em cada órgão, de uma para outra repartição do mesmo órgão ou entidade ou de um para outro órgão ou entidade, desde que compatíveis a situação funcional e a carreira específica do servidor transferido.
- (B) O servidor em débito com o erário que for demitido, exonerado ou que tiver a sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 30 (trinta) dias para quitá-lo.
- (C) Promoção é a passagem do servidor de uma classe para a imediatamente superior do respectivo grupo de carreira que pertence, obedecidos os critérios de avaliação, desempenho e qualificação funcional.
- (D) O pagamento da remuneração dos servidores públicos dar-se-á até o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao que se refere.
- (E) Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado pelo Poder Legislativo.



**22**

Em conformidade com a Lei Complementar n. 4/1990 – MT, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Mato Grosso, aponte a alternativa correta.

- (A) Remoção é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, para o quadro de pessoal do mesmo ou qualquer órgão ou entidade do governo, cujos planos de carreira e remuneração sejam equiparados, observado sempre o interesse público.
- (B) As reposições e indenizações ao erário serão descontadas em parcelas mensais não excedentes à quinta parte da remuneração, pensão ou provento.
- (C) O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível, salvo nos casos previstos em lei e naqueles de ato voluntário.
- (D) Progressão é a passagem do servidor de uma referência para a imediatamente superior, dentro da mesma classe e da categoria funcional a que pertence, obedecidos os critérios especificados para a avaliação de desempenho e tempo de efetiva permanência na carreira.
- (E) A relação entre a menor e a maior remuneração atribuída aos cargos de carreira não poderá ser superior a 03 (três) vezes.

**23**

Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso Código, marque a alternativa correta.

- (A) Há no Tribunal duas Câmaras Criminais Isoladas Especiais.
- (B) Das decisões do Presidente do Tribunal de Justiça caberá recurso ao Órgão Especial do Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.
- (C) Das decisões em processos originários do Conselho caberá recurso para a Câmara Especial no prazo de 15 (quinze) dias, com efeito devolutivo, salvo os relativos à abertura de sindicância contra Magistrados, inquérito ou processo administrativo contra servidores, quando o recurso terá apenas efeito suspensivo.
- (D) As Câmaras Isoladas Cíveis Ordinárias são em número de quatro, e as Câmaras Criminais Ordinárias são em número de duas.
- (E) A Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Público e Coletivo, integrada por suas Câmaras Cíveis Isoladas, funciona com o quórum mínimo de cinco membros, incluído seu Presidente e ressalvados os casos em que as decisões exijam maior número de Desembargadores.

**24**

Em relação ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, indique a alternativa correta.

- (A) O Presidente do Tribunal, o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral constituem o Conselho da Magistratura com sede no Tribunal e jurisdição em todo Estado sobre os Magistrados e servidores da Justiça.
- (B) Na segunda sexta-feira do mês de novembro, do último ano de cada biênio, o Tribunal Pleno elegerá, dentre todos os seus membros em atividade, o Presidente, o Vice-Presidente, o Ouvidor-Geral e o Corregedor-Geral da Justiça, que constituirão o Conselho da Magistratura.
- (C) O Desembargador nomeado ou o Juiz promovido a Desembargador tem o prazo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), para tomar posse, e o eleito, se estiver em gozo de licença, o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do término deste.
- (D) As sessões do Conselho serão reservadas e suas decisões administrativas serão fundamentadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- (E) A Turma de Câmaras Criminais Reunidas funciona com o quórum mínimo de três membros, excluído o seu Presidente, ressalvados os casos em que as decisões exijam maior número de Desembargadores.

**25**

A respeito da Lei Complementar n. 4/1990, em especial quanto ao regime disciplinar aplicável aos servidores do quadro do Poder Judiciário do Mato Grosso (PJMT), marque a alternativa correta.

- (A) Configura o abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço, por mais de 20 (vinte) dias consecutivos.
- (B) É dever do funcionário cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.
- (C) Ao servidor público é permitido opor resistência ao andamento de documento e processo ou execução de serviço conforme seu julgamento por ter fé de ofício.
- (D) Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a fazenda estadual, em ação monitória.
- (E) A ação disciplinar prescreverá em 03 (três) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão; e em 01 (um) ano, quanto à apreensão e suspensão.

**26**

Acerca da Lei Complementar n. 4/1990, em especial quanto ao regime disciplinar aplicável aos servidores do quadro do Poder Judiciário do Mato Grosso (PJMT), aponte a alternativa correta.

- (A) Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, com ou sem causa justificada, por 60 (sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 1 (um) ano.
- (B) A destituição de cargo em comissão, exercido por não ocupante de cargo efetivo, será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de repreensão, suspensão e de demissão.
- (C) É dever do funcionário representar contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (D) Ao servidor público é proibido manter sob sua chefia imediata, cônjuge, companheiro ou parente até o quarto grau civil, salvo se ambos os servidores forem ocupantes de cargo de provimento efetivo.
- (E) Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com suspensão ou demissão.

**27**

Quanto à Lei n. 4.964/1985 – MT, que instituiu o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Mato Grosso, marque a alternativa correta.

- (A) O expediente diário do Foro Judicial será das 13 (treze) às 19 (dezenove) horas.
- (B) A Justiça de Paz, órgão do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, é exercida por juiz de paz remunerado, cujas atividades não possuem caráter jurisdicional.
- (C) As sentenças deverão ser obrigatoriamente digitadas; os termos, atos, certidões e translados, digitados ou impressos e, em qualquer caso, devidamente rubricadas as respectivas folhas pelo Juiz ou pelo Chefe da Secretaria.
- (D) Os Juízes Substitutos serão nomeados pelo prazo de três anos, mediante concurso de provas e títulos e exercerão a jurisdição plena em Comarca ou vara que assumirem, por convocação, nomeação ou designação superior.
- (E) O expediente do Foro Extrajudicial será das 10 (dez) às 18 (dezoito) horas. O Registro Civil funcionará aos sábados, domingos e feriados.

**28**

No tocante à Lei n. 4.964/1985 – MT, que instituiu o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Mato Grosso, indique a alternativa correta.

- (A) O registro civil das pessoas naturais funcionará normalmente aos sábados e aos domingos até às 12 horas, afixando o servidor, após essa hora, indicação externa do local onde poderá ser encontrado.
- (B) As Correições poderão ser comuns, especiais ou extraordinárias.
- (C) Os Juízes remeterão, até o dia 10 (dez) de cada mês, à Secretaria-Geral da Justiça relatório dos feitos em seu poder, cujos prazos para despacho ou decisão hajam sido excedidos, o número de sentenças proferidas no mês anterior, assim como outras informações que, por Provimento ou Resolução, vierem a ser exigidas.
- (D) As correições ordinárias, pelo Corregedor-Geral da Justiça, serão feitas, sem prévio aviso pelo menos uma vez por ano, podendo a mesma autoridade, a qualquer tempo, voltar à sede da comarca já inspeccionada para conhecimento de ocorrências que mereçam sua intervenção e providências.
- (E) Nenhum menor de 21 (vinte e um) anos poderá assistir à audiência ou sessão de Juiz ou Tribunal sem permissão do Magistrado que a presidir.

**29**

Com base no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Poder Judiciário do Mato Grosso, marque a alternativa correta.

- (A) No caso de cumprimento do mandado por dois ou mais oficiais de justiça, somente haverá o ressarcimento àquele que suportou os gastos da diligência.
- (B) O Juiz Diretor do Foro realizará o cadastramento de advogados nomeados para o exercício da atividade dativa conforme processo seletivo realizado pela Corregedoria-Geral do Tribunal.
- (C) A remuneração do oficial de justiça corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor previsto nas tabelas de tarifa de táxi de cada comarca para diligência na zona urbana e 80% (oitenta por cento) para diligência na zona rural.
- (D) O sistema Bacenjud é uma ferramenta que possibilita tanto a inserção quanto a retirada de constrições judiciais dos veículos encontrados na Base Índica Nacional – BIN do Registro Nacional de Veículos Automotores – Renavam, integrando o Poder Judiciário, o Ministério Público e o Departamento Nacional de Trânsito – Denatran.
- (E) O pedido de dilação de prazo deverá ser justificado e formulado até 48 (quarenta e oito) horas antes do seu vencimento e entregue à Secretaria do Fórum.

**30**

Relativamente ao Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Poder Judiciário do Mato Grosso, aponte a alternativa correta.

- (A) Ante a necessidade de comunicação, caberá à Secretaria-Geral da Justiça fixar data e horário para a realização de videoconferência com os magistrados ou servidores, em suas respectivas comarcas.
- (B) A Coordenadoria ou Gerência Administrativa do Fórum comunicará ao Cartório Distribuidor ou ao chefe da Central de Mandados, conforme o caso, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, as férias e licenças do oficial de justiça, salvo para tratamento de saúde, para o fim de suspender a distribuição de mandados a partir do vigésimo dia anterior ao previsto para o afastamento.
- (C) Não haverá distribuição de mandados ao oficial de justiça nos 20 (vinte) dias corridos que antecederem o início de suas férias, exceto se o período de gozo for igual ou menor que 10 (dez) dias.
- (D) O magistrado que se declarar impedido ou suspeito comunicará, mediante ofício, no prazo de até 8 (oito) dias úteis, ao Corregedor-Geral da Justiça.
- (E) A conclusão dos autos ao magistrado será realizada diariamente e, em caso de recusa do seu recebimento, o gestor judiciário certificará o fato e comunicará à Corregedoria-Geral da Justiça.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo****Raphael Spyere****31**

Em determinado contrato de obra pública celebrado por um Estado da Federação, diagnosticou-se grave violação das normas previstas na lei de licitações aplicada à espécie, com estimativa de prejuízos ao erário na monta de R\$ 20 milhões. Tomando o caso concreto narrado como referência e as normas da Lei n. 8.429/1992 – Lei Geral de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que:

- (A) o ilícito retratado corresponde a ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração, podendo os responsáveis perderem a função pública e ter os direitos políticos suspensos por não mais que 5 anos.
- (B) comprovando-se o envolvimento do Governador, deverá eventual processo de improbidade ser processado e julgado pelo Superior Tribunal de Justiça, em respeito ao foro especial constitucional.
- (C) para que o ilícito configure ato de improbidade administrativa de lesão ao erário, será necessário comprovar dolo dos agentes envolvidos, sendo desnecessário demonstrar efetivo prejuízo ao erário, admitindo-se o dano *in re ipsa*.
- (D) a configuração do ilícito apontado como ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário dependerá da comprovação de dolo específico das autoridades envolvidas além da demonstração de efetivo prejuízo ao erário, não se admitindo o dano *in re ipsa*.
- (E) a configuração do ato de improbidade administrativa dependerá da comprovação de dolo específico das autoridades envolvidas e de demonstração de efetivo prejuízo ao erário, devendo a correspondente ação de ressarcimento ser ajuizada no prazo de 5 anos, contados do *eventus damni*.

**32**

Segundo o princípio do julgamento objetivo, a administração pública em seus processos de licitação, deverá selecionar a melhor oferta com base em critérios previamente estabelecidos no edital, tomando como referência os critérios de julgamento estabelecidos na lei. Assinale a alternativa correta a respeito dos critérios de julgamento previstos na Lei n. 14.133/2021 – Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos.

- (A) Maior lance é critério previsto em lei para a modalidade leilão, não podendo ser empregado em concorrências públicas.
- (B) Em contratações de obras públicas deverá ser empregado o critério de melhor técnica.
- (C) O pregão é modalidade de licitação compatível com o julgamento por maior retorno econômico.
- (D) Quando adotado o critério de julgamento de melhor técnica ou conteúdo artístico, deverá ser designada comissão de licitação composta por servidores efetivos.
- (E) Na licitação para contratação de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual de elaboração de projetos básicos e executivos, será exigido o critério de técnica e preço.

**33**

Diante do risco de descontinuidade de determinado serviço considerado essencial, a Secretaria de Estado de Saúde de um estado da federação realizou a ocupação provisória do imóvel onde está instalada uma empresa contratada administrativamente. Tomando como base as disposições contidas na Lei n. 14.133/2021, a administração pública estadual, no caso concreto narrado:

- (A) tem a prerrogativa de extinguir o contrato administrativo unilateralmente se ficar comprovada a inexecução total das obrigações pela contratada.
- (B) não tem a prerrogativa de reter créditos devidos a empresa contratada para indenizar prejuízos regularmente apurados.
- (C) em caso de extinção do contrato, a Secretaria de Estado deverá dispensar a realização de nova licitação para a conclusão do objeto remanescente.
- (D) agiu indevidamente tendo em vista que deveria ter anulado de plano o contrato.
- (E) se constatados graves danos decorrentes de faltas apuradas em processo disciplinar, a Secretaria de Saúde poderá declarar o contratado impedido de licitar e de contratar a Administração do respectivo estado da federação de 3 a 6 anos.

**34**

Dispõe a Constituição Federal, art. 37, § 6º que "*as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa*". Considerando esse dispositivo, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros será:

- (A) subjetiva, por aplicação da teoria da culpa anônima.
- (B) subjetiva, por aplicação da teoria civilista.
- (C) objetiva, por aplicação da teoria do risco integral.
- (D) objetiva, por aplicação da teoria da causalidade adequada.
- (E) objetiva, por aplicação da teoria do risco administrativo.

**35**

O Presidente da República, por meio de decreto, extinguiu cargos públicos desocupados dos ministérios, considerando critérios eminentemente administrativos de oportunidade e conveniência. No mesmo decreto, deliberou sobre a organização dos referidos órgãos, o que gerou aumento de despesas para os cofres públicos. Ainda, visando mais eficiência em certas áreas ministeriais, o Presidente da República, por decreto, criou cargos em comissão, considerados de livre nomeação e exoneração. Diante do caso concreto narrado e considerando as competências constitucionais do Chefe do Poder Executivo Federal, é correto concluir que, por meio de decreto presidencial:

- (A) é constitucional a extinção dos cargos públicos desocupados e a criação de cargos em comissão.
- (B) é inconstitucional a criação de cargos em comissão e a organização da administração federal com aumento de despesas.
- (C) é inconstitucional a extinção dos cargos públicos nos ministérios, mas constitucional a criação de cargos em comissão.
- (D) é inconstitucional a organização da administração federal com aumento de despesas, embora possível a criação de ministérios.
- (E) é constitucional a criação de cargos em comissão e a organização da administração federal com aumento de despesas, assim como a extinção dos cargos e funções desocupadas.

**36**

Em 1997, foi criada por meio da Lei n. 9.472 a Agência Nacional de Telecomunicação – ANATEL, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações, com sede no Distrito Federal. Enquanto entidade autárquica, é correto afirmar que a ANATEL:

- (A) é pessoa jurídica de direito público autorizada por lei específica.
- (B) se trata de unidade de atuação despersonalizada da Administração Direta.
- (C) é entidade de direito público criada por lei específica.
- (D) se subordina aos órgãos da Administração Direta.
- (E) responde pelos danos que seus agentes causarem a terceiros quando demonstrada culpa.

**37**

A respeito do controle externo exercido sobre a Administração Pública, analise as assertivas a seguir.

- I – O controle realizado pelo Poder Legislativo sobre a Administração Pública tem sua extensão limitada pelas normas constitucionais.
- II – Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, após o decurso de 5 anos sem pronunciamento do Tribunal de Contas a respeito do procedimento de registro da concessão inicial de aposentadoria, deverá ser assegurado o contraditório e a ampla defesa ao servidor interessado.
- III – Os crimes de responsabilidade praticados por ministros de estado em concurso com o Presidente da República devem ser processados e julgados pelo Congresso Nacional.

Está correto o que se afirma na alternativa:

- (A) Apenas I está correta.
- (B) Apenas II está correta.
- (C) Apenas III está correta.
- (D) Apenas I e II estão corretas.
- (E) Apenas II e III estão corretas.

**38**

Antônio, servidor público do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, praticou ato administrativo que não se insere no rol das atribuições legais de seu cargo. O referido ato, que é de natureza vinculada, na verdade, consta em lei como sendo competência de Gilberto, chefe de Antônio. Frente ao caso concreto narrado, acerca dos requisitos ou elementos dos atos administrativos, Gilberto:

- (A) deverá convalidar o ato praticado por Antônio, se constatado apenas o vício de excesso de poder, caracterizado como sanável.
- (B) deverá convalidar o ato praticado por Antônio, independentemente de existir ou não outro vício no ato praticado.
- (C) poderá convalidar o ato praticado por Antônio, desde que presente apenas o vício de desvio de poder, caracterizado como insanável.
- (D) deverá anular o ato praticado por Antônio, por apresentar vício de desvio de poder, que é insanável.
- (E) poderá anular o ato praticado por Antônio, a partir de uma ponderação de oportunidade e conveniência, porque o vício, apesar de sanável, permite a extinção.

## Noções de Direito Constitucional

### Weslei Machado

**39**

Situação hipotética: Joana, praticante fervorosa de sua religião, foi aprovada na primeira fase de um concurso público federal. A segunda etapa do concurso, uma prova prática, está agendada para um sábado, dia sagrado para a religião de Joana, no qual ela observa estrito repouso. Joana solicita à banca organizadora que sua prova seja reagendada, argumentando que sua crença religiosa a impede de participar de atividades nesse dia. A banca, ao analisar o pedido, sem a apresentação de um motivo fundamentado, nega o pedido de redesignação de data para a realização da etapa do concurso para Joana. Avalie a decisão da banca, com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria.

- (A) A decisão da banca é válida, pois a alteração de data de etapas de concurso por motivos religiosos viola o princípio da igualdade entre os candidatos.
- (B) A decisão da banca é válida, pois concurso público não pode ter suas datas alteradas sob nenhuma circunstância.
- (C) A decisão da banca é inválida, por negar o pedido de Joana sem uma fundamentação que considere a razoabilidade da alteração e a preservação da igualdade entre todos os candidatos.
- (D) A decisão da banca é inválida, se não demonstrar que a mudança do dia da etapa do concurso causará um ônus desproporcional para a administração pública, nem ferirá a igualdade entre os candidatos.
- (E) A decisão da banca é inválida, pois todos os candidatos devem fazer a prova no mesmo dia e horário, independentemente de suas crenças religiosas.

**40**

Situação hipotética: Após as eleições gerais, o Partido da Inovação (PI) alcançou 2,5% dos votos válidos distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação nas últimas eleições para a Câmara dos Deputados, mas elegeu 16 deputados federais em quatro diferentes estados. Com base nesse resultado, o PI solicitou o acesso aos recursos do fundo partidário e o tempo gratuito no rádio e na televisão.

Analise se o Partido da Inovação tem direito ao acesso aos recursos do fundo partidário e ao tempo gratuito de rádio e TV, conforme as normas constitucionais vigentes.

- (A) O partido não tem direito aos recursos do fundo partidário nem ao tempo de rádio e TV, pois não atingiu os 3% dos votos válidos necessários.
- (B) O partido tem direito tanto aos recursos do fundo partidário quanto ao tempo de rádio e TV, já que elegeu mais de quinze deputados federais.
- (C) O partido tem direito ao fundo partidário, mas não ao tempo de rádio e TV, pois as regras para acesso a cada um desses benefícios são independentes.
- (D) O partido não tem direito ao fundo partidário, mas tem direito ao tempo de rádio e TV, pois as normas aplicáveis a cada situação são distintas.
- (E) O partido não tem direito aos recursos do fundo partidário nem ao tempo de rádio e TV, uma vez que não cumpriu a cláusula de barreira constitucionalmente exigida para o exercício desses direitos.

**41**

Situação hipotética: João, após completar dois mandatos consecutivos como prefeito do Município A, decide candidatar-se novamente ao cargo de prefeito, desta vez no Município B, argumentando que a mudança de município permite uma nova candidatura.

Com base nas disposições da Constituição Federal e na situação apresentada, escolha a opção correta.

- (A) O princípio republicano e a norma constitucional proíbem expressamente a candidatura de João em outro município após dois mandatos consecutivos.
- (B) Não existe impedimento constitucional que restrinja a candidatura de João em um município diferente após dois mandatos consecutivos no Município A.
- (C) O entendimento do Supremo Tribunal Federal é que o princípio republicano limita a reeleição a apenas uma vez, independentemente do município.
- (D) O princípio republicano não se aplica a casos de mudança de município, permitindo a João candidatar-se novamente como prefeito em outro município.
- (E) Somente se o Município B estiver na mesma região metropolitana do Município A ou decorrer de desmembramento, João estará impedido de participar das eleições para o cargo de prefeito.

**42**

Situação hipotética: O Estado de Alfa promulgou uma lei que concedia um dia de folga aos trabalhadores da iniciativa privada para a realização de exames preventivos de câncer, sem prejuízo da remuneração. A Confederação Nacional das Indústrias ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade alegando que a lei estadual invade a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho.

Com base nas disposições da Constituição Federal e na situação apresentada, escolha a opção correta.

- (A) A lei é constitucional, pois o Estado possui competência concorrente para legislar sobre questões de saúde pública.
- (B) A lei é constitucional, pois a legislação sobre direitos e deveres dos trabalhadores é matéria reservada aos Estados.
- (C) A lei é constitucional, pois o Estado pode legislar sobre questões trabalhistas quando não houver legislação federal específica sobre o tema.
- (D) A lei é inconstitucional, pois a concessão de folgas está diretamente relacionada à jornada de trabalho, matéria de competência privativa da União.
- (E) A lei é constitucional, já que a lei estadual apenas aplica a trabalhadores da iniciativa privada benefícios já existentes para servidores públicos, sem alterar as normas gerais de trabalho.

**43**

No Estado X, a Assembleia Legislativa aprovou uma emenda à Constituição Estadual ampliando o foro por prerrogativa de função para incluir todos os secretários estaduais e o chefe de polícia civil. A medida foi tomada após diversos casos de corrupção que envolveram altos funcionários do governo estadual, buscando assegurar um julgamento mais imparcial e técnico por parte do Tribunal de Justiça do Estado.

Com base nas disposições constitucionais aplicáveis ao Poder Judiciário e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, Assinale a alternativa correta.

- (A) A emenda à Constituição Estadual é constitucional, pois os estados têm autonomia para definir o foro por prerrogativa de função para quaisquer cargos estaduais.
- (B) A inclusão do chefe de polícia civil no foro por prerrogativa de função é inconstitucional, pois não existe previsão similar para o Diretor-Geral da Polícia Federal no âmbito federal, contrariando o princípio da simetria.
- (C) A medida é constitucional integralmente, incluindo a extensão do foro para o chefe de polícia civil, já que a Constituição Federal não proíbe expressamente tais extensões por parte dos estados.

(D) O foro por prerrogativa de função só é constitucional para os cargos já previstos na Constituição Federal, e qualquer extensão por parte dos estados-membros é considerada inconstitucional.

(E) A emenda à Constituição Estadual é inconstitucional apenas na parte que inclui os secretários estaduais, pois essa prerrogativa deve se restringir aos cargos expressamente mencionados na Constituição Federal.

**44**

Considere a situação hipotética em que um cidadão apresente uma demanda judicial contra uma sociedade de economia mista federal, alegando danos causados por um serviço prestado de forma inadequada. Segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, a competência para julgar tais causas pertence:

- (A) exclusivamente aos juizados especiais federais, dado o caráter federal da sociedade.
- (B) à Justiça comum estadual, apenas se envolver questões de direito civil.
- (C) à Justiça Federal, pois a União tem interesse jurídico na causa.
- (D) à Justiça comum, independentemente do valor da causa.
- (E) às varas de fazenda pública federal, dado o envolvimento de entidade de economia mista.

**45**

No que concerne à composição dos Tribunais Regionais Federais e dos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, assinale a opção que corresponde corretamente às disposições da Constituição Federal.

- (A) Dois quintos dos lugares dos Tribunais mencionados devem ser preenchidos por membros do Ministério Público e advogados, após 15 anos de efetiva atividade profissional.
- (B) A Constituição prevê que um terço dos lugares dos Tribunais será reservado para membros do Ministério Público e advogados com atuação notável e mais de cinco anos de carreira.
- (C) Um quinto dos lugares do Superior Tribunal de Justiça será composto por membros do Ministério Público e advogados com mais de dez anos de carreira, indicados em lista tríplice.
- (D) Um quinto dos lugares dos Tribunais de Justiça é reservado para membros do Ministério Público com mais de dez anos de carreira e advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

(E) Todos os membros dos Tribunais Regionais Federais serão escolhidos exclusivamente pelo Presidente da República, sem a necessidade de indicação por lista sêxtupla ou qualquer critério de tempo de atividade profissional.

**46**

Considere que João, candidato aprovado em um concurso público para preenchimento de vagas na administração federal, encontre-se dentro do número de vagas previstas no edital. Ao final do prazo de validade do concurso, o governo, alegando uma crise econômica severa que reduziu drasticamente a receita federal, decide não nomear os aprovados, incluindo João. Com base nas disposições da Constituição Federal e no entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta a respeito da situação de João.

- (A) A administração pública pode, discricionariamente, decidir pela não nomeação dos aprovados, considerando a autonomia da gestão fiscal e administrativa.
- (B) A administração pública possui o dever de nomear os candidatos aprovados dentro do número de vagas, e a não nomeação de João, mesmo diante de crise econômica, é ilegal a menos que se justifique pelas características de superveniência, imprevisibilidade, gravidade e necessidade.
- (C) O direito de João à nomeação é relativo, podendo a administração pública, a qualquer tempo e situação, alterar o edital ou decidir pela não nomeação com base em critérios de oportunidade e conveniência.
- (D) João não possui direito subjetivo à nomeação, pois a previsão de vagas no edital do concurso público não gera obrigação para a administração, podendo esta, baseada em sua discricionariedade, avaliar a necessidade de preenchimento das vagas.
- (E) A crise econômica é motivo suficiente para que a administração pública decida pela não nomeação de João sem necessidade de demonstrar as características de superveniência, imprevisibilidade, gravidade e necessidade, visto que tais situações estão implícitas em tais contextos.

## Noções de Direito Civil

**Cristiny Rocha**

**47**

O Estado F editou Lei que passou a disciplinar parcialmente determinada matéria tratada pela Lei Z, do mesmo ente federativo. Contudo, uma situação de calamidade ocorreu logo em seguida, razão pela qual lei temporária passou a dispor sobre a matéria. Nessa linha, conforme as disposições da LINDB, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei nova passa a entrar em vigor, revogando totalmente a lei anterior.
- (B) A lei nova deve ser aplicada, independentemente da lei com vigência temporária.
- (C) A lei com vigência temporária deverá regular a matéria.
- (D) A lei nova revoga a lei Z desde que traga previsão específica nesse sentido, pois não regula totalmente a matéria.
- (E) A lei revogada se restaura após a lei revogadora ter perdido a vigência.

**48**

Camila, servidora pública, é casada com José, advogado. O casal tem 3 filhos, Carla de 4 anos, João de 12 anos e Priscila de 20 anos. De acordo com o Direito Civil Brasileiro, deve-se considerar que:

- (A) Camila, Carla e João possuem domicílio necessário.
- (B) Camila e os filhos possuem domicílio necessário.
- (C) somente José possui domicílio voluntário.
- (D) José e Camila possuem domicílio necessário.
- (E) somente Priscila possui domicílio voluntário.

**49**

Alex é associado da XCV e, por meio de uma carta, toma conhecimento de que foi excluído, sem direito a conhecimento da motivação. Ele acredita que é por desentendimentos com outro sócio. Nessa linha, conforme disposições do Código Civil, é correto afirmar:

- (A) o associado pode ser excluído, ainda que não exista justa causa.
- (B) o associado somente pode ser excluído havendo justa causa.
- (C) a exclusão do associado é admissível ainda que sem justa causa, mas lhe deve ser garantido procedimento que assegure direito de defesa e de recurso.
- (D) a exclusão do associado só é admissível com justa causa, dispensando procedimento prévio.
- (E) os associados devem ter direitos iguais, sendo vedado ao estatuto instituir categorias com vantagens especiais.



**50**

Mário Jorge e Pedro são sócios de uma empresa de incorporação imobiliária. Eles adquirem diversos imóveis e, após reformas, colocam-os à venda. Sobre isso, de acordo com as disposições acerca dos bens no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar naturalmente, mas não artificialmente.
- (B) Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, ainda que conservem sua unidade.
- (C) Perdem o caráter de imóveis os materiais provisoriamente separados de um prédio, ainda que nele voltem a se reempregar.
- (D) São bens imóveis os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- (E) Consideram-se imóveis os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram.

**51**

Caio alugou a casa de Sandro e iniciou algumas reformas necessárias, como a troca de fios elétricos que estavam em curto e a construção de piscina. Acerca do tema, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Não se consideram tais reformas como benfeitorias.
- (B) Trata-se de benfeitorias úteis.
- (C) Trata-se de benfeitoria necessária e útil.
- (D) Trata-se de benfeitoria necessária e voluptuária.
- (E) Trata-se de benfeitorias voluptuárias.

## Noções de Direito Processual Civil

**Lídia Marangon**

**52**

O artigo 3º do Código de Processo Civil traz o seguinte princípio: “Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito”. Trata-se do princípio:

- (A) do juiz natural.
- (B) da inafastabilidade da jurisdição.
- (C) do devido processo legal.
- (D) do contraditório.
- (E) da ampla defesa.

**53**

Assinale a alternativa que corresponde ao princípio do contraditório.

- (A) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
- (B) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
- (C) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa.

(D) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

(E) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

**54**

Para postular em juízo é necessário ter:

- (A) interesse e legitimidade.
- (B) capacidade processual e capacidade postulatória.
- (C) interesse e capacidade.
- (D) boa-fé e legitimidade.
- (E) capacidade e cooperação.

**55**

Assinale a alternativa correta.

- (A) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- (B) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo juiz.
- (C) Qualquer pessoa pode pleitear direito alheio em nome próprio.
- (D) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo Ministério Público.
- (E) Em nenhuma hipótese é admissível pleitear direito alheio em nome próprio.

**56**

Na cooperação jurídica internacional, na ausência de designação específica, quem exercerá a função de autoridade central é o:

- (A) Advogado-Geral da União.
- (B) Procurador-Geral da República.
- (C) Presidente da República.
- (D) Ministério da Justiça.
- (E) Presidente do Senado.

**57**

A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra:

- (A) no foro de domicílio do autor.
- (B) no foro de domicílio do réu.
- (C) no Distrito Federal.
- (D) no foro onde estiver localizado o bem móvel.
- (E) no foro de qualquer capital.

**Noções de Direito Penal****Carhla Alves****58**

Fulano cometeu determinado delito no ano de 2011, quando a conduta era apenada com detenção, de dois a quatro anos. Em 2012, enquanto corria o processo, sobreveio nova lei modificando a sanção para um a três anos de detenção. Finalmente, em 2013, dias antes de o juiz proferir a sentença, surge uma terceira lei, aumentando a pena para dois a cinco anos de reclusão. No caso de condenação, deverá ser aplicada:

- (A) a primeira norma, vigente na data do fato.
- (B) a segunda norma, que retroage à data do fato, por ser mais benéfica.
- (C) a terceira norma, vigente na data da sentença.
- (D) a primeira norma, por ser mais benéfica (lex mitior).
- (E) poderá haver combinação de leis.

**59**

Dentre os casos de extraterritorialidade incondicionada da lei penal, incluem-se:

- I – uma tentativa de homicídio contra o Presidente da República do Brasil durante um discurso proferido na Casa Rosada, edifício que abriga a Presidência da República da Argentina.
- II – funcionário de missão diplomática brasileira na Itália que subtrai bens públicos brasileiros.
- III – crimes previstos em tratado ou convenção internacional que o Brasil se obrigou a reprimir.

Está correto o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II
- (D) I e III.
- (E) Todos os itens.

**60**

O desenvolvimento de um conceito analítico de crime exige a construção de um sistema penal, com apoio em determinadas teorias. Nesse sentido, sobre o sistema finalista, analise os itens.

- I – A ação consiste em uma conduta humana, consciente e voluntária, movida a uma finalidade.
- II – De acordo com a teoria normativa pura da culpabilidade, a culpabilidade é composta por elementos exclusivamente normativos.
- III – Entre as teorias mais importantes está a teoria psicológica da culpabilidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e II
- (D) I e III.
- (E) Todos os itens.

**61**

Caio pretende vingar-se de seu inimigo Mévio e passa a andar armado. Certo dia, avista-o. Ocorre que somente enxerga sua cabeça, pois Mévio se encontra atrás de um muro alto. Caio não sabe o que está acontecendo do outro lado do muro. Como tencionava matar seu desafeto, saca sua arma e efetua um disparo letal na cabeça de Mévio. Posteriormente, apura-se que, do outro lado do muro, Mévio também estava com uma arma em punho, prestes a matar injustamente Tício. Constata-se, ainda, que o tiro disparado por Caio salvou a vida de Tício. Nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Caio agiu em legítima defesa.
- (B) Caio agiu em estado de necessidade.
- (C) Caio não agiu em legítima defesa de terceiro.
- (D) Caio agiu no exercício regular de seu direito.
- (E) Caio agiu em legítima defesa putativa.

**62**

Romeu, durante a comemoração de sua nomeação em determinado concurso público, ingeriu bebidas alcoólicas com seus amigos em um bar. Apesar de não ter intenção, a grande quantidade de álcool fez com que ficasse embriagado, e, em razão desse estado, acabou por iniciar discussão desnecessária e causar lesão corporal grave em Beltrano, garçom do bar. Considerando a hipótese narrada, é correto afirmar que a embriaguez de Romeu era completa e:

- (A) involuntária, mas não exclui a imputabilidade penal.
- (B) fortuita, excluindo a imputabilidade penal.
- (C) culposa, mas não exclui a imputabilidade penal.
- (D) acidental, excluindo a imputabilidade penal.
- (E) patológica, excluindo a imputabilidade penal.

**63**

Fulano, vereador no município w, contratou Sicrano para exercer o cargo público de assessor na Câmara Municipal. Entretanto, após diversas denúncias, constatou-se que Sicrano não trabalhava efetivamente, apenas comparecia na Câmara Municipal para assinar o ponto, sem exercer suas atribuições. Apesar disso, recebia remuneração todos os meses. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, a conduta de Sicrano configura:

- (A) peculato.
- (B) favorecimento pessoal.
- (C) estelionato.
- (D) fato atípico.
- (E) concussão.

**64**

Segundo uma investigação instaurada pela Polícia Federal, magistrados do Tribunal do Estado x são suspeitos de integrar uma organização criminoso voltada para a manipulação de decisões judiciais. Nesse sentido, de acordo com o Código Penal, a conduta de um juiz que recebe vantagem indevida, seja para proferir, seja para omitir decisões, corrompendo o exercício da função jurisdicional, pode configurar o crime de

- (A) peculato.
- (B) concussão.
- (C) prevaricação.
- (D) corrupção ativa.
- (E) corrupção passiva.

## Noções de Direito Processual Penal

### Lorena Ocampos

**65**

Izaak foi investigado e, após, processado criminalmente pela suposta prática do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Encerrada a instrução, o Ministério Público ofereceu alegações finais, bem como o advogado de Izaak. Em sentença, o juiz fundamentou que não havia provas suficientes para a condenação, motivo pelo qual absolveu Izaak. No caso exposto, o juiz decidiu embasado no princípio da:

- (A) busca da verdade real.
- (B) presunção de não culpabilidade.
- (C) não autoincriminação.
- (D) ampla defesa.
- (E) contraditório.

**66**

Jéssica, suposta autora de crime de furto, e o Ministério Público assinaram proposta de Acordo de Não Persecução Penal. O juiz, em seguida, recusou a homologação. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal:

- (A) não caberá a interposição de qualquer recurso, devendo a proposta ser encaminhada diretamente ao procurador-geral de Justiça.
- (B) não caberá a interposição de qualquer recurso, devendo o Ministério Público dar prosseguimento ao processo penal.
- (C) caberá a interposição de recurso em sentido estrito.
- (D) caberá a interposição de recurso de apelação.
- (E) caberá o ajuizamento de uma reclamação.

**67**

Bianca contratou advogado e ajuizou ação penal de iniciativa privada contra Roberto pela suposta prática do crime de injúria. Após regular instrução do processo, em suas alegações finais, Bianca deixou de formular o pedido de condenação contra Roberto, tendo apenas reforçado as provas produzidas e os fatos descritos na peça inicial acusatória. Na hipótese, é correto afirmar que ocorreu:

- (A) a decadência do direito de queixa-crime, com a consequente declaração de extinção da punibilidade do autor do fato.
- (B) perempção, com a consequente declaração de extinção da punibilidade do autor do fato.
- (C) perdão, com a consequente declaração de extinção da punibilidade do autor do fato.
- (D) renúncia, com a consequente declaração de extinção da punibilidade do autor do fato.
- (E) retratação, com a consequente declaração de extinção da punibilidade do autor do fato.

**68**

Maria, Cristina e Roberta foram denunciadas pela prática de crime de estelionato. Após o recebimento da denúncia, o oficial de justiça compareceu ao endereço indicado no processo como sendo de residência de Maria, mas não a encontrou, tendo em vista que estava presa naquela mesma cidade, por ordem de outro juízo. Maria, então, foi citada por edital. Cristina encontrava-se em local incerto e não sabido, sendo também citada por edital. Em relação a Roberta, o oficial de justiça foi à sua residência algumas vezes, constatando que ela, de fato, residia no local, mas que estava se ocultando para não ser citada. Após certificar-se de tal fato, foi realizada a citação de Roberta por hora certa. Considerando a hipótese narrada, assinale a alternativa que contém as citações válidas.

- (A) Maria, apenas.
- (B) Maria e Cristina, apenas.
- (C) Cristina e Roberta, apenas.
- (D) Maria e Roberta, apenas.
- (E) Maria, Cristina e Roberta.

**69**

Amauri ingressou em um ônibus e, mediante grave ameaça, consubstanciada no emprego de arma branca, exigiu a entrega dos telefones celulares dos passageiros. Ato contínuo, Amauri se evadiu, vindo a ser capturado em flagrante por policiais militares que realizavam patrulhamento de rotina no bairro. Após os fatos, Amauri foi encaminhado à Delegacia de Polícia, onde foi lavrado o auto de prisão em flagrante. Amauri foi encaminhado à audiência de custódia. Sobre as disposições constitucionais aplicáveis ao Direito Processual Penal, é correto afirmar que:

- (A) a prisão de Amauri e o local onde se encontre serão comunicados em até 24h ao juiz competente e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- (B) Amauri não tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão, considerando o caráter inquisitorial do inquérito policial.
- (C) se a prisão de Amauri for considerada ilegal, deverá ser concedida a liberdade provisória a ele.
- (D) não há necessidade de Amauri ser levado ao exame de corpo de delito *ad cautelam* no Instituto Médico Legal.
- (E) Amauri será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, devendo ser assegurada a assistência da família e de advogado.

**70**

A respeito do inquérito policial e das previsões constantes no Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O inquérito deverá terminar no prazo de cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de vinte dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- (B) Em respeito ao princípio da ampla defesa, o advogado devidamente constituído pelo investigado poderá ter acesso aos autos do inquérito policial, independentemente de qualquer condição ou circunstância.
- (C) O inquérito policial é presidido pela autoridade policial, cabendo a esta também decidir pelo seu arquivamento em caso de inexistência ou insuficiência de provas.
- (D) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.
- (E) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o Secretário de Segurança Pública.

## Redação

### Fidelis Almeida

---

No contexto atual, a busca pela alta produtividade tornou-se uma constante no ambiente de trabalho e até na vida pessoal, sendo impulsionada pelo avanço da tecnologia, pela cultura de competição e pela expectativa de que as pessoas estejam sempre disponíveis e eficazes. No entanto, essa pressão excessiva tem gerado impactos significativos na saúde mental dos indivíduos, como aumento de estresse, ansiedade, esgotamento emocional e casos de *burnout*. Em resposta, iniciativas inovadoras para o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e a promoção do bem-estar ganham relevância.

Diante desse cenário, como você avalia a influência da pressão pela alta produtividade na saúde mental das pessoas? Produza um texto dissertativo-argumentativo, entre 20 (vinte) e 30 (trinta) linhas, utilizando linguagem culta, no qual apresente seu ponto de vista sobre o tema, fundamentando-o com argumentos coerentes.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



# REDAÇÃO

# SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.  
É o texto que vai fazer você  
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

## ASSINATURA ILIMITADA 9.0



### ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



### SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



### JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



### ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



### GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



### TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

**Contato para vendas:**

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na  
prova discursiva